

A dependência brasileira no contexto do capitalismo financeirizado

Autor: Lucas Crivelenti e Castro – mestrando no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Rio Claro

Resumo

O presente artigo analisa a inserção subordinada do Brasil no período do capitalismo financeirizado, destacando aspectos internos e externos que incidem sobre a estrutura da dependência do país. Dessa maneira, procura-se descrever a liberalização econômica, abertura comercial, desregulamentação financeira e as políticas monetária, fiscal e cambial como ascensão de uma nova fase do capitalismo dependente brasileiro, que aprofunda as raízes de incorporação submissa do Brasil aos interesses hegemônicos internos e externos.

Abstract

This article analyzes the subordinate insertion of Brazil in the period of financial capitalism, highlighting internal and external aspects that affect the structure of the dependence of the country. In this way, we attempt to describe economic liberalization, trade liberalization, financial deregulation and monetary, fiscal and exchange rate policies as the rise of a new phase of Brazilian dependent capitalism, which deepens the roots of submissive incorporation of Brazil to internal and external hegemonic interests.

Palavras-chave: dependência; inserção subordinada; financeirização; imperialismo.

Introdução

O presente texto tem por objetivo discutir a inserção subordinada do capitalismo dependente brasileiro no contexto da desregulamentação financeira e abertura comercial das últimas décadas. Nesse contexto, em meio à expansão da globalização econômica, o Brasil promoveu modificações em seu marco civil de regulamentações no sentido da ampliação da livre mobilidade de capitais (PRATES, 1997; MACHADO, 2011), trazendo consequências estruturais interna e externamente para o capitalismo dependente do país.

Dessa forma, procuraremos entender as mudanças promovidas pela financeirização no Brasil como uma nova forma de submissão do capitalismo periférico brasileiro ao imperialismo, que aprofunda a dependência econômica e financeira do país

e renova a política econômica interna com o objetivo de aprimorar a condução macroeconômica segundo as diretrizes impostas pela doutrina monetarista.

A interrupção do ciclo da *industrialização dependente* brasileira no início da década 1980 e o ressurgimento dos princípios neoclássicos de liberalização econômica e do monetarismo das economias nacionais durante os anos 1980 e 1990 fez ressurgir uma nova etapa do capitalismo dependente no Brasil, que Fiori (1995: 224) nomeou de “a novíssima dependência” e Sampaio Jr. (2012: 383), de “reversão neocolonial”. Nessa perspectiva, a fase contemporânea da dependência tem o Estado brasileiro como um vetor importante de promoção da inserção subordinada às finanças internacionais, uma vez que promove a abertura comercial e financeira do país e a condução da política econômica é baseada na doutrina da estabilidade monetária, fiscal e cambial para tentar proporcionar aos investidores institucionais segurança econômica na valorização de títulos e aplicações em carteira.

No plano externo, essa orientação da política macroeconômica brasileira nos parece *aprofundar* a vulnerabilidade e as condições de subordinação econômica do país aos interesses hegemônicos do imperialismo, pois há a incidência de déficits elevados e recorrentes em conta corrente e o crescimento do passivo externo líquido. No plano interno, o tripé macroeconômico procura manter a estabilidade dos preços relativos para viabilizar investimentos em carteira, somada a adesão a uma política fiscal rígida que direciona as despesas do Estado para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal. Enquanto isso, o orçamento federal para questões importantes de desenvolvimento – educação, saúde, habitação, saneamento básico, investimentos, etc. – é limitado. Assim, não há mais espaço para políticas econômicas baseadas nos centros internos de decisão para a promoção do desenvolvimento nacional.

Este texto está dividido em três partes e se baseia em pesquisa bibliográfica para analisar os efeitos para a atual etapa de dependência brasileira a partir da relação entre a liberalização financeira e econômica dos anos 1990, com a promoção e o estabelecimento de políticas macroeconômicas de viés monetarista. Portanto, o objetivo é entender as políticas de renegociação da dívida externa; a abertura comercial e financeira do país; a ancoragem cambial do Plano Real; e a consequente política macroeconômica focada no tripé superávit primário, câmbio flutuante e regime de metas de inflação como o paradigma periférico brasileiro de inserção subordinada no capitalismo financeirizado, analisando as consequências desse novo modelo dependente.

A primeira parte analisa a transição da fase de *industrialização dependente* às grandes corporações multinacionais para a atual estrutura de dependência vinculada à expansão da globalização financeira. No segundo item, procura-se entender quais são as características e diretrizes do capitalismo financeirizado em âmbito universal. Na última parte, a partir do processo histórico da financeirização no Brasil, com suas relações internas e externas, busca-se compreender a maneira que é estabelecida a inserção subordinada do capitalismo dependente brasileiro no contexto contemporâneo da “novíssima dependência”.

Da *industrialização dependente* à “novíssima dependência”

Desde a época áurea do capitalismo, com o crescimento econômico do fordismo no pós-guerra, políticas inseridas no campo do denominado desenvolvimentismo foram defendidas e praticadas por países latino-americanos sob o argumento de ser o caminho para superar o círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. Dessa perspectiva, alguns países buscam avanços das forças produtivas para solucionar os problemas fundamentais das sociedades periféricas capitalistas por meio de ganhos econômicos que seriam incorporados às *áreas sociais*. Assim, o desenvolvimentismo buscou articular acumulação de capital, expansão das forças produtivas e integração nacional para gestar as bases materiais, culturais e sociais de uma sociedade nacional que se suponha, em termos ideológicos, ser capaz de controlar o desenvolvimento capitalista.

O progresso capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, quando analisado de maneira global e até regional, não ocorrem de maneira linear e sincrética. Trotsky, ao analisar o desenvolvimento capitalista na Rússia, percebeu que o processo histórico para os países atrasados é regido pela desigualdade no ritmo do avanço das forças capitalistas, em que as necessidades externas imperialistas forçam o progresso retardatário. De acordo com Trotsky (1977: 25), concomitantemente à desigualdade nos ritmos da evolução capitalista, origina-se a lei do desenvolvimento combinado, a qual se refere ao amálgama de relações entre formas arcaicas e modernas de sociedades. A partir da relação entre essas duas dinâmicas, Trotsky (1977: 25) desenvolveu “a lei do desenvolvimento desigual e combinado”, que rege o relacionamento entre os países desenvolvidos e os atrasados em meio à incorporação da periferia ao capitalismo.

Em seus ensaios de interpretação sociológica do Brasil, Fernandes (1975, pp.299-300) caracteriza a economia brasileira a partir da categoria de capitalismo dependente, o

qual se ergue nas bases de uma dupla articulação, que é estrutural, sendo pautada no desenvolvimento desigual interno (relações econômicas entre os setores arcaico e moderno), juntamente com a submissão brasileira ao imperialismo.

Dessa forma, a dupla articulação é condição *sine qua non* da materialidade do capitalismo dependente brasileiro e esteve presente em todas as etapas de dependência, que Santos (1970) enumera da seguinte maneira: dependência colonial, que era centrada no trabalho escravo e na subordinação à metrópole portuguesa; dependência financeira-industrial, que fora consolidada no final do século XIX com a formação dos grandes trustes nos centros hegemônicos e com a expansão de investimentos na periferia para sustentação do fornecimento de matérias primas e produtos agrícolas; e, como denomina Santos (1970: 232), “a nova dependência”, que foi baseada na expansão das grandes corporações no período do pós-guerra para adquirir espaços dos mercados internos dos países periféricos. Esta última fase possibilitou a ampliação da *industrialização dependente* brasileira por meio da aliança entre capital internacional, capital nacional e Estado (PRADO Jr., 1987; 2008).

Contudo, como demonstra Fernandes (1975), o avanço do capitalismo monopolista no país, com o aumento do investimento estrangeiro direto (IED) e a consequente transferência de grandes transnacionais para o país, do governo de Juscelino Kubitschek e ao período da Ditadura Militar, não cessou o paradigma da dupla articulação, muito pelo contrário, ela teria se renovado e aprofundado naquele momento.

Oliveira (2003) esboça como ocorre a relação entre o arcaico e o moderno durante a intensificação da *industrialização dependente*, em que o setor moderno se alimenta do arcaico para extrair o excedente econômico que será acumulado.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003: 60).

No plano interno, a crise da *industrialização dependente* brasileira no começo da década 1980 marca o início da transição da dependência brasileira para um novo paradigma em relação aos países capitalistas hegemônicos. Após 1982, com a moratória

mexicana e a subsequente crise da dívida externa¹ da América Latina, o Brasil passou por ajustes fiscais, inclusive com a interferência direta do Fundo Monetário Internacional (FMI), que denominaram a perda da soberania nacional, uma vez que se tutelou a política econômica brasileira segundo os interesses financeiros dos credores internacionais (SAMPAIO Jr., 1989). Além disso, o país passou a promover a política de superávits em sua balança comercial, inclusive com desvalorizações cambiais para estimular as exportações, para pagar os credores internacionais (Clube de Paris) da dívida externa, transformando o Brasil em “exportador líquido de capitais” (BAER, 1993: 89).

Outro problema que se insere nesse processo de transição é a inflação brasileira da década de 1980. As desvalorizações cambiais e a indexação econômica brasileira contribuíram para intensificar o processo inflacionário brasileiro – que já era alto durante os anos 1960 e 1970 –, culminando na hiperinflação na passagem das décadas 1980 para a de 1990.

Nessa perspectiva, a soma da crise da dívida externa e sua posterior renegociação nos anos 1990; a crise inflacionária e seu combate por meio da âncora cambial do Plano Real; a liberalização financeira através de modificações no marco civil regulatório do país; e a posterior política macroeconômica pautada no tripé formam os alicerces para a conclusão da inserção subordinada brasileira no contexto de globalização econômica e financeira, direcionando a economia brasileira à “novíssima dependência” (FIORI, 1995: 224).

De acordo com Fiori (1995), a desregulamentação financeira, que liberalizou os sistemas bancários e os mercados de capitais, juntamente com o regime de câmbio flutuante e as políticas monetárias de combate à inflação, e o aprofundamento das relações comerciais entre o centro e a periferia no contexto da globalização “autorizam, perfeitamente a hipótese de existência de uma *novíssima dependência*² na forma em que a América Latina vem se inserindo na nova ordem globalizada” (FIORI, 1995: 224).

Ninguém tem dúvidas de que o conceito procura dar conta de uma nova *formatação* capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais. Como

¹ A dívida externa foi acumulada, principalmente, nas décadas 1960 e 1970 com a reciclagem dos eurodólares e petrodólares em um contexto de juros internacionais baixos. Em 1979, Paul Volcker, presidente à época do *Federal Reserve* (FED), modifica a política monetária dos Estados Unidos, focando no controle da inflação por meio do aumento dos juros, o que desencadeou a crise da dívida externa da América Latina, cujo países estavam lastreados nas taxas de juros estadunidenses e inglesas.

² Grifo do autor.

tampouco pairam mais dúvidas de que esta *formatação* econômica envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma re-hierarquização de seus centros decisórios. Isto aparece de maneira clara na forma codividida em que Estados Unidos, Alemanha e Japão comandam a economia mundial, como também na maneira em que Estados Unidos, França e Inglaterra ainda mantêm em suas mãos a batuta das grandes decisões geopolíticas e militares, depois do desaparecimento da União Soviética. Mas tudo isso reaparece da mesma forma ainda que com outras cores quando olhamos para as novas relações hierárquicas que se estabelecem entre os espaços nacionais a partir da realocação global de capitais que vai seguindo a trilha aberta pela desregulamentação dos mercados, sobretudo os de natureza financeira. E na medida em que os novos impasses ou crises do capitalismo vão adquirindo natureza cada vez mais global e interdependente não há como desconhecer o parentesco dos novos problemas teóricos e a *velha* temática da dependência. (FIORI, 1995: 220)

Sampaio Jr. (2012), baseado nos conceitos de Fernandes (1975), entende que há uma mescla na condução da política econômica contemporânea entre o rigor da doutrina monetarista no campo financeiro e a retomada do agronegócio e da mineração (exportação de *commodities*) como fatores preponderantes do crescimento do país, que mantêm a dupla articulação do capitalismo dependente brasileiro e conduzem o Brasil a um processo de “reversão neocolonial”. Dessa maneira, como destaca Sampaio Jr. (2012), a desregulamentação financeira, a livre mobilidade internacional de capitais, a política monetária deflacionária, o câmbio flutuante, o limite ao endividamento público, os ataques aos direitos trabalhistas também dirigem o país para a “reversão neocolonial (SAMPAIO Jr., 2012: 683), entre outros. As consequências econômicas do retrocesso apontado por Sampaio Jr. (2012) são: desnacionalização da economia brasileira, desarticulação dos centros internos de decisão, regressão das forças produtivas, desindustrialização, além da naturalização da desigualdade social.

Portanto, as mudanças ocorridas na economia mundial durante as décadas 1970 e 1980, a liberalização financeira, a crise da dívida externa e sua posterior renegociação, o combate à crise inflacionária com o Plano Real modificaram o paradigma do capitalismo dependente brasileiro em direção à reprimarização da economia, à desindustrialização e especializaram o Brasil em uma “plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008: 35).

Para aprofundar o entendimento da inserção subordinada do capitalismo dependente brasileiro à financeirização, a seguir buscaremos – a partir de uma leitura marxista – entender as estruturas que moldam as finanças internacionais sob a égide da globalização e o lugar da economia brasileira integrada de maneira subalterna à essa estrutura mundial. Após esse mergulho no funcionamento da dinâmica da financeirização global, retomaremos a discussão da “novíssima dependência” a partir de uma análise da história das políticas econômicas brasileiras desde os anos 1990.

Aspectos essenciais do capitalismo financeirizado

A crise do fordismo dos anos 1970 nos países centrais conduziu a economia capitalista a uma série de transformações nos setores de produção e financeiro que minaram os acordos de crescimento econômico sustentável que foram firmados no pós-guerra. Segundo Harvey (1992), as áreas de produção e circulação de mercadorias passaram por uma revolução, em que se seguiu o padrão produtivo baseado no *toyotismo*, na produção sem estoques (*just in time*), na flexibilização do trabalho (precarização), na perda do poder de barganha dos sindicatos, na maior integração dos mercados internacionais (globalização) e na expansão das forças produtivas para o sudeste asiático.

O setor financeiro também passou por profundas modificações, as quais romperam com os acordos de Bretton Woods. Em meio a uma crise de estagflação, com déficits na balança comercial e em seu balanço de pagamentos, somada às quedas nas reservas de ouro, o governo dos Estados Unidos tomou a medida de romper unilateralmente com o padrão dólar-ouro em 1971. A política cambial do pós-guerra – taxas de câmbio fixas e reajustáveis pelos governos para assegurar e proteger a estabilidade cambial e monetária dos países – foi extinta em 1973. Por fim, em 1979, o FED elevou as taxas de juros norte americanas de maneira abrupta e elevada para combater a inflação e recuperar o poder monetário e hegemônico do dólar após o rompimento com o padrão dólar-ouro (CHESNAIS, 2005; BRUNHOFF, 2005).

A conclusão do processo foi promovida durante as décadas 1980 e 1990 com a retomada dos princípios neoclássicos de economia internacional – liberalização econômica, abertura comercial e a desregulamentação das transações financeiras. Como consequência direta da liberalização financeira, houve a abertura do mercado de câmbio, de títulos públicos e das Bolsas de Valores a operadores estrangeiros (CHESNAIS, 2005).

No entanto, a hegemonia das finanças não é algo inédito na economia mundial. Na passagem do século XIX para o XX, Hilferding (1985) e Lênin (1987) já haviam dedicado seus estudos na investigação do capital financeiro. Esse consistia na formação de grandes trustes econômicos, com formação de sociedades anônimas (SA), em que ocorria a fusão do capital financeiro (bancos) com o capital industrial. Essa centralização de capital girava em torno do setor bancário, que dominava o processo de concentração, controlando o capital produtivo durante a ascensão e expansão do imperialismo clássico.

Embora a proeminência do capital financeiro não seja algo novo, a financeirização contemporânea difere do modelo analisado por Hilferding e Lênin. No período atual, o capital financeirizado ganhou preponderância e soberania de ação pelas transformações econômicas, financeiras e monetárias das décadas 1970 e 1980 (LAPAVISTAS, 2009; 2011).

Lo que ocurre es que el sistema financiero se ha hecho más autónomo. Los bancos buscan beneficios mediante la expropiación financiera de las rentas de los particulares ‘financiarizados’ y haciendo girar continuamente el capital prestable en los mercados financieros (LAPAVITSAS, 2009: 77).

Apesar de os bancos serem importantes atores no processo de financeirização, surgiram novos agentes – investidores institucionais (fundos de investimentos, fundos de pensão e seguradoras) – que mobilizam e administram a riqueza financeira de maneira a torná-la mais rentável e dinâmica. Assim, as famílias destinaram suas poupanças a sistemas de previdência privada em meio ao sucateamento da previdência pública e ao envelhecimento da população, impulsionando o dinheiro acumulado e ocioso a um destino mais rentável na gestão financeira (LAPAVITSAS, 2009; CHESNAIS, 2005; AGLIETTA, 2004). Os gestores desses fundos também entraram no circuito da valorização financeira através do incentivo à valorização dos ativos no curto prazo, já que eles recebem prêmios e bônus com o crescimento do valor de seus produtos financeiros (AGLIETTA, 2004).

As operações no mercado de câmbio também representam um setor importante da financeirização e foi, segundo Chesnais (2005: 44), o setor que iniciou a “mundialização financeira”. O economista francês cita o mercado de eurodólares que se criou em torno da City de Londres desde 1958 e o regime de câmbios flexíveis, criado em 1973, para justificar o mercado cambial como o precursor da “mundialização financeira” (CHESNAIS, 2005: 44). Esse mercado se aprofundou e deu origem às operações de *carry*

trade, em que Rossi (2016) amplia a análise do conceito para incluir operações com derivativos.

O *carry trade* é frequentemente definido como uma operação alavancada onde se toma um empréstimo na moeda *funding*, associada a juros baixos, e se aplica em um ativo denominado em uma moeda *target*, associada a altas taxas de juros. Nessa perspectiva, o *carry trade* pode ser identificado na contabilidade bancária internacional e resulta em um fluxo financeiro que consta no balanço de pagamento dos países envolvidos. No entanto, essa é uma definição parcial e limitada, uma vez que o *carry trade* pode ser um fenômeno bancário, associado a um fluxo financeiro, mas também uma aposta com derivativos.

Dito isso, define-se aqui o *carry trade* como uma estratégia financeira que busca usufruir o diferencial de juros entre duas moedas, onde se assume um passivo ou uma posição vendida na moeda de baixos juros e, simultaneamente, um ativo ou posição comprada na moeda de altos juros (ROSSI, 2016: 48).

Nesse contexto, as operações com *carry trade* pretendem obter ganhos com o diferencial de juros entre moedas nacionais, mas os ganhos são imprevisíveis, pois o resultado final é dado pelo comportamento da taxa de câmbio entre as moedas utilizadas na aposta inicial, sendo, portanto, o *carry trade* uma operação simplesmente *especulativa* (ROSSI, 2016).

Porém, a financeirização contemporânea não é exclusiva ao setor financeiro – investidores institucionais e bancos –, ela também engloba todos os outros ramos sociais – indústrias, classe trabalhadora, entre outros. Lapavitsas (2009; 2011) explica que a financeirização dos trabalhadores possui relação estreita entre a privatização e sucateamento de serviços públicos (saúde, educação, previdência, moradia, transporte, etc.) e o crescimento baixo ou estagnação dos salários. Nessa perspectiva, a financeirização do trabalho produz a expropriação financeira da classe trabalhadora a partir da disseminação de práticas usurárias na sociedade (LAPAVITSAS, 2009). No Brasil, a expropriação financeira das famílias e da classe trabalhadora é muito bem exemplificada pelos juros do cheque especial e do rotativo do cartão de crédito.

A partir da disseminação da globalização e da desregulamentação econômica, as empresas industriais também passaram a operar com mais frequência com os antigos e novos instrumentos financeiros na busca de valorização de seus ativos. Além disso, essas empresas promoveram políticas de financiamento direto no mercado, com a ampliação da emissão de ações e debêntures.

Embora o discurso neoclássico tenha triunfado na ascensão da doutrina neoliberal, o Estado talvez seja o *principal alicerce de sustentação* da financeirização. Nesse contexto, os Bancos Centrais são o eixo do Estado que corrobora com o *modus operandi* da financeirização, em que as políticas monetárias de controle da inflação, juntamente com a desregulamentação financeira, o câmbio flutuante e o rigor fiscal, promovem a sustentação, a diretriz e o apoio à valorização financeira internacional.

En particular, los Bancos centrales son esenciales para la financiarización y encierran algunas de sus contradicciones. Son instituciones públicas en el corazón del sistema financiero privado; monopolizan la oferta de dinero de curso legal de una competencia sin precedentes en la oferta de crédito; tienen en cuenta el interés público pero actúan básicamente en defensa del sector financiero privado; proclaman como su objetivo único la estabilidad del valor del dinero pero se ven obligados a gestionar la inestabilidad del crédito. Los Bancos centrales se ven permanentemente sometidos a las presiones antagónicas de la financiarización (LAPAVITSAS, 2009: 80).

Particularmente em relação ao Brasil, Braga e Palludeto (2015) comentam como a abertura financeira, a política macroeconômica focada no tripé, a livre mobilidade de capitais e seus efeitos para a economia nacional com déficits recorrentes nas contas correntes se inserem no contexto do capitalismo financeirizado.

Compreenda-se, desde logo, que dentre a multiplicidade de temas que toca, a questão financeira permeia a interação de componentes como a taxa básica de juros fixada pelo banco central (Selic), o espectro a termo da taxa de juros, a taxa de câmbio, os indicadores das finanças públicas, os fluxos internacionais de capitais *vis-à-vis* o resultado em transações correntes no balanço de pagamentos e a configuração da oferta de crédito pelo sistema financeiro (BRAGA&PALLUDETO, 2015: 26).

A estrutura do capitalismo financeirizado pouco difere das análises feitas por Marx em relação ao capital portador de juros e ao capital fictício (D-D'), que seriam a forma imanente mais fantasmagórica e fetichista de capital, já que está oculta a relação de produção que explora trabalho, ou seja, sem o processo que medeia os dois extremos (MARX, 1986a). O crédito oferecido via capital portador de juros possui o intuito de alavancar a economia, mas, por outro lado, também traz, ao mesmo tempo, o risco intrínseco de provocar instabilidade econômica e crises (MARX, 1986a).

Já o capital fictício – títulos de dívidas (públicas e privadas) e ações – se dividiria em duas correntes. Primeiro, para Marx (1986b), os títulos públicos (dívida pública) seriam capital passado, que é a soma emprestada pelo Estado e que já teria sido gasta,

sendo que o capital utilizado pelo Estado através de empréstimos (títulos públicos) jamais teria se destinado a ser despendido ou investido como capital. Dessa forma, restaria aos credores do Estado apenas um título de dívida contra o Estado, o qual passaria a render receitas anuais sobre os impostos do Estado e poderia ser comercializado no mercado secundário (MARX, 1986b).

Em segundo, as ações, que Marx as considera capitalizações, representam a emissão de títulos privados de empresas nas Bolsas de Valores. Portanto, os papéis e as ações das empresas são a representação do capital produtivo funcionante que fora investido nelas, tornando-se a expectativa de um rendimento futuro aos proprietários dos títulos obtido a partir da exploração posterior da força de trabalho – mais valia a ser gerada (MARX, 1986b). Como os títulos e ações podem ser comercializados no mercado secundário, transformando-os, assim, em capital negociável, em que a ação é o direito a um rendimento futuro esperado através da obtenção de mais valia, “o movimento autônomo do valor desses papéis de propriedade, não apenas de títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente deem título” (MARX, 1986b: 11).

A aparente autonomização da valorização dos títulos e das ações promove a precificação particular dos mesmos, em que seus valores de mercado obtêm “uma determinação diferente do seu valor nominal” (MARX, 1986b: 11-12). Os preços dos títulos e ações flutuam conforme as transações no mercado, cujo cálculo das receitas reais das empresas mais as estimativas futuras de faturamento e lucro facilitam a especulação desses títulos no mercado secundário (MARX, 1986b).

Essa digressão na direção da compreensão e análise do capital portador de juros, capital fictício e capital financeirizado nas abordagens marxistas foi importante para auxiliar na interpretação da concepção da estrutura de inserção subordinada brasileira ao capitalismo financeirizado e que prosseguiremos no seu entendimento.

A “novíssima dependência”: a subordinação brasileira ao capital financeirizado

Na final da década 1980, os Estados Unidos aceitaram renegociar a crise da dívida externa dos países latino-americanos com as diretrizes (ou *exigências*) para a promoção de políticas econômicas que dialogavam com o contexto de globalização financeira.

Primeiro os Estados Unidos propuseram o plano Baker – abertura econômica, desregulamentação financeira e privatizações –, o qual não se tornou viável, já que não houve a modificação do pagamento das dívidas externas, em que os juros continuavam onerando os países endividados (MARÇAL, 2000). Em 1989, foi proposto o segundo plano pelo governo estadunidense (Plano Brady), que teve certo reconhecimento do agravamento da dívida externa dos países latino-americanos e observou o aumento da exposição dos bancos credores, colocando em risco a solvência dos mesmos. Assim, o plano Brady propôs: redução do principal e dos juros das dívidas externas; securitização das dívidas transformando-as em ativos negociáveis (*Bonds*); e ampliação dos prazos, que poderiam chegar a 30 anos (BAER, 1993; MARÇAL, 2000).

O Brasil iniciou a renegociação da dívida externa no governo Fernando Collor de Mello, na gestão de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Fazenda, concluindo-a em abril de 1994, no governo de Itamar Franco, quando já estava em atividade a Unidade Real de Valor (URV), que foi a etapa precursora do lançamento da nova moeda brasileira, o Real. De acordo com Marçal (2000), com o processo de renegociação, a dívida externa brasileira foi securitizada, dando origem a sete bônus de títulos (*Bonds*) que podiam ser negociados no mercado secundário, o que favoreceu os bancos internacionais credores da dívida externa e inseriu o governo brasileiro de fato no paradigma da financeirização.

O Plano Real, contemporâneo à conclusão da renegociação da dívida externa brasileira, foi o antídoto básico e ortodoxo para neutralizar a inflação que se arrastava por um longo período na economia do país. Segundo Belluzzo e Almeida (2002: 363), o Plano Real foi a “recuperação da confiança na moeda nacional por meio da garantia de seu valor externo”. Portanto, a sustentação do plano foi realizada através da estabilização da taxa de câmbio nominal por meio da ancoragem cambial.

A execução do plano teve três etapas. Ao final de 1993, foi lançada a primeira fase, com o estabelecimento de um ajuste fiscal para promoção de um pequeno acúmulo de reservas. Em março de 1994, foi lançada a Unidade Real de Valor (URV), que nada mais era do que uma nova unidade de conta, a qual era ajustada diariamente por meio da média de três índices de preços, em que convergiam preços, contratos e taxa de câmbio – os salários foram reunidos compulsoriamente pela média dos quatros meses anteriores. Por fim, em julho de 1994, lançou-se a nova moeda, o Real, para qual convergiram os valores da moeda antiga e do URV (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002; FILGUEIRAS, 2000).

No entanto, o Plano Real foi a *conclusão da incorporação* do Brasil no processo de globalização financeira (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002; FILGUEIRAS, 2000). A execução do plano, inclusive, se insere nas orientações do Consenso de Washington, que tinha as seguintes diretrizes de disciplinamento para os países da América Latina: rigor orçamentário; reforma tributária; regime cambial dolarizado direta ou indiretamente (sobrevalorização da moeda e política monetária passiva); abertura comercial e desregulamentação financeira; privatizações; por fim, defesa da propriedade intelectual (patentes para os monopólios).

Portanto, para a promoção da estabilização econômica e o combate da inflação, o Brasil se integrou de vez à globalização financeira e passou a promover uma política econômica submissa aos interesses imperialistas a partir do estabelecimento de uma política monetária passiva que mantinha os juros elevados para atrair capital de portfólio e, assim, manter a equiparação entre o Real e o dólar. Essa inserção subordinada da economia brasileira à globalização financeira representa o âmago da “novíssima dependência”, que tem o Estado e o Banco Central como seus principais articuladores, já que o país entra em um *círculo vicioso* de submissão da política monetária, cambial e fiscal aos interesses de rápida valorização do capital financeiro internacional através da aplicação especulativa em títulos públicos brasileiros.

O Plano Real, observado desse ângulo, teria sido uma tentativa de colocar a economia brasileira sob a disciplina imposta, primeiro, por um regime de conversibilidade restrita, financeira e comercial, para depois, provavelmente, avançar na trilha de uma conversibilidade plena. Não se tratava, portanto, apenas de obter a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da ‘âncora’ cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na direção dos padrões ‘competitivos’ e ‘modernos’ das economias avançadas (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002: 372-373).

Contudo, a integração brasileira aos parâmetros da globalização financeira não foi exclusivamente uma recomendação imperialista a partir da renegociação da dívida externa e do Consenso de Washington. Como constataram Mello (1997) e Harvey (2012), há a dinâmica interna das classes dirigentes locais, em aliança com as forças externas, para a promoção de políticas neoliberais no Brasil. Essa associação entre as classes dominantes interna e externa faz com que as políticas econômicas do país fiquem “subordinadas a um crescimento sociocultural controlado de fora e em função de

interesses nacionais estranhos, por vezes incompatíveis ou em conflito com seus próprios interesses nacionais” (FERNANDES, 2006: 148).

Gustavo Franco, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central do Brasil e ex-presidente da mesma instituição, lançou, em 1996, o texto paradigmático *A inserção externa e o desenvolvimento*, que reivindicava, pela defesa ideológica e apologética, a abertura comercial e financeira brasileira, a austeridade fiscal e a política monetária de combate à inflação como meios que trariam competitividade para as empresas brasileiras para que estas pudessem promover um novo ciclo de desenvolvimento.

Não foi por outro motivo que o cuidado com os chamados ‘fundamentos’, no desenrolar do Plano Real, se tornou um imperativo absoluto. Passados dois anos de vida para o Real, e tendo ficado para trás a bem sucedida reforma monetária empreendida através da URV, prossegue inalterada a ênfase no ataque aos problemas fundamentais na origem da ‘Década Perdida’. O que parece evidente, por outro lado, é uma evolução da agenda, ou uma diversificação das tarefas componentes desse processo. Com o tempo, o ataque aos ‘fundamentos’ deixou de ser apenas um esforço restrito ao equilíbrio fiscal e incorporou diversos outros temas associados à remoção de constrangimentos ao crescimento. A medida que os fundamentos fiscais e monetários vão se consolidando é natural que a agenda da estabilização se confunda com a agenda do desenvolvimento, e numa quadra onde terá de ter lugar em contornos bastante diversos daqueles do passado recente (FRANCO, 1998: 121).

Entretanto, a política de *modernização* defendida por Franco e pela classe dirigente brasileira à época teve consequências opostas e indesejáveis para a economia brasileira, em que se destacam: constantes déficits em transações correntes e na balança comercial; aumento do passivo externo do país; elevação da taxa de desemprego; crescimento exponencial da dívida pública federal com a manutenção de taxas de juros elevadas; desindustrialização e desnacionalização de setores industriais a partir da manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada (FILGUEIRAS, 2000). Após as crises do leste asiático, em 1997, e da Rússia, em 1998, a instabilidade econômica internacional se expande para outras praças financeiras periféricas e o Brasil passa a sofrer um processo de fuga de capitais – em torno de US\$ 40 bilhões deixaram o país em apenas três meses (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002; FILGUEIRAS, 2000).

Nessa conjuntura de crise cambial, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa de Estabilidade Fiscal, o qual promoveu um aumento dos índices de superávit primário e da incidência dos impostos CPMF e Confins para demonstrar ao

capital financeiro internacional a capacidade de cumprimento do pagamento dos títulos da dívida pública. Todavia, a crise cambial se agravou e o Brasil recorreu ao FMI para que este concedesse empréstimos³ para estancar a recessão. Pelo acordo firmado em novembro de 1998, foi exigido que o Brasil desvalorizasse gradativamente o Real; continuasse com a política de abertura comercial e financeira; acelerasse as privatizações; aprovasse reformas liberais; e promovesse um ajuste fiscal com dados de superávit primário e pagamento de juros (FILGUEIRAS, 2000).

Após a assinatura do acordo com o FMI, o Brasil adotou a dinâmica da política econômica do rigor fiscal, com austeridade permanente. Em 2000, baseados nos acordos de FHC com o FMI, foi-se promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que engessou o orçamento estatal através de normas de controle dos gastos públicos e limites para déficits públicos.

Nesse contexto, em vez de a política econômica liberal-monetarista ser desfeita após a crise cambial de 1999, ela apenas foi modificada e ampliada, uma vez que foi incorporado às diretrizes do Comitê de Política Monetária (Copom), criado em 1996, o regime de metas de inflação e a flutuação cambial, formando, juntamente com o superávit primário, o tripé de orientação da política macroeconômica brasileira, que, apesar dos déficits fiscais dos últimos anos, se estende até os dias atuais. Assim, enraizou-se no país a inserção na globalização financeira de maneira subordinada, em que é preciso manter um ajuste fiscal permanente para garantir o pagamento dos títulos da dívida pública.

Aliás, como já foi desenvolvido acima, segundo Marx (1986b), a dívida pública é um eixo importante na formação do capital fictício, em que este é um título de dívida contra o Estado e que rende dividendos anuais sobre os impostos do Estado, podendo, inclusive, ser comercializado no mercado secundário. Nessa perspectiva, a dívida pública representa um importante elo entre o Estado e o mercado de capitais financeiros internacionalizados. Como observa Bastos (2017), no Brasil, há uma interconexão entre esses dois setores, pois o Banco Central do Brasil utiliza-se de reuniões com economistas-

³ O governo de FHC recorreu a três empréstimos ao FMI. Em 1998 o Brasil solicitou US\$ 41,5 bilhões ao órgão multilateral. Em 2001, foram mais US\$ 15,7 bilhões e, em 2002, mais US\$ 37 bilhões, período no qual o risco-país atingiu o nível de 2 mil pontos com a suposta insegurança que a eleição de Lula causou no mercado financeiro. Ao assumir o governo, Lula tratou de pacificar o mercado “beijando a cruz” (ARANTES, 2003) da doutrina ortodoxa e monetarista.

chefes dos principais bancos (importante setor do mercado financeiro) que atuam no país, a partir do Boletim Focus, para direcionar a orientação da política monetária a ser seguida.

Por sua vez, Luiz Inácio Lula da Silva beijou a cruz (ARANTES, 2003), já que seguiu e ampliou os parâmetros da política macroeconômica focada no tripé e na liberalização financeira. Ainda em 2002, quando o risco-país atingiu os 2 mil pontos, Lula, durante a campanha presidencial de 2002, redigiu a *Carta ao povo brasileiro* para tranquilizar o mercado financeiro internacional de que, com a possível vitória eleitoral, ele seguiria os mantras monetaristas de superávit primário, câmbio flutuante e regime de metas de inflação e honraria o pagamento da dívida pública federal brasileira.

Com o início do mandato, o governo Lula ampliou o rigor fiscal para sinalizar ao mercado que o Brasil continuaria realizando a política econômica ortodoxa. Assim, o superávit primário chegou ao percentual de 4,5% do PIB do país em 2003, excedendo em 0,5% o que fora exigido nos acordos com o FMI (PAULANI, 2008). Aliás, o governo Lula realizou a média de 2,5% do PIB de superávit primário no triênio 2003-2005 e de 2,3% do PIB no triênio 2006-2008, enquanto que no segundo mandato de FHC (1999-2002) a média de superávit primário foi de 1,9% do PIB (BARBOSA&SOUZA, 2010).

Embora o governo Lula tenha procurado fortalecer a economia interna a partir do consumo das famílias, com a valorização real do salário mínimo e ampliação na concessão de crédito (consignado, imobiliário e público), essas políticas só foram possíveis em decorrência da expansão da economia mundial entre 2003 e 2008. O crescimento da demanda global impulsionou as exportações de *commodities* brasileiras, que, juntamente com a entrada, em massa, de capital de portfólio em busca de valorização financeira, possibilitou o acúmulo expressivo de reservas internacionais em dólares⁴.

Todavia, essa política de acúmulo de reservas internacionais representa um custo fiscal elevado para a economia brasileira e se insere no eixo de inserção subordinada diante da financeirização. De acordo com Harvey (2012), a contrapartida do estoque de dólares é a obrigação que os países periféricos têm de emitir dívida pública com juros elevados para atrair capital financeiro internacional e aplicar o que fora acumulado nos títulos do Tesouro estadunidense, que possuem juros baixos devido à tentativa de

⁴ Em 2 de fevereiro de 2018, a soma das reservas internacionais em dólares do Brasil estava em US\$ 382 bilhões (BANCO CENTRAL, 2018).

incentivo ao crescimento econômico. A diferença entre os juros pagos e os recebidos representa a *transferência de recursos* da periferia para os países hegemônicos.

O governo Lula também se dedicou na busca de obter o *investment grade* pelas agências de *rating*, as quais estão inseridas na lógica da financeirização e se destacam por classificar economias nacionais com critérios do mercado financeiro. Para conseguir o *investment grade*, que o Brasil possuiu entre abril de 2008 e setembro de 2015, o governo Lula deu prosseguimento à política do tripé macroeconômico e realizou o pagamento antecipado, em 2005, dos empréstimos adquiridos nos acordos com FMI. Dessa maneira, o país demonstrava ao mercado financeiro internacional que, além de continuar com política econômica de viés neoclássica, seguiria honrando os contratos e o pagamento de suas dívidas.

Já o governo de Dilma Rousseff foi marcado por oscilações na diretriz da política econômica. No início de seu primeiro mandato, em 2011, Rousseff elevou a meta de superávit primário para 3,1% do PIB brasileiro em meio à conjuntura de desaceleração da economia mundial. No mesmo ano, o Banco Central do Brasil promoveu o aumento da taxa básica de juros – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) – até agosto daquele ano, quando os juros alcançaram o patamar de 12,5% ao ano. Assim, com a desaceleração da economia global e com o aumento da taxa de juros, a meta de superávit primário só foi obtida com a redução dos gastos públicos⁵ (SERRANO&SUMMA, 2015).

Além disso, o governo Dilma Rousseff intensificou a política controversa de reduzir impostos e conceder subsídios ao capital industrial – instrumento criado no segundo governo Lula com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e da linha branca – com as desonerações da folha de pagamentos para tentar sustentar o crescimento econômico através do incentivo ao consumo interno. Porém, essa medida de “impulso” ao setor produtivo não surtiu o efeito desejado, sendo insuficiente para a recuperação da rentabilidade das empresas, as quais estavam pressionadas pelo crescimento da concorrência global (MELLO&ROSSI, 2017; SERRANO&SUMMA, 2015).

⁵ O discurso oficial foi o de que era preciso realizar o ajuste fiscal de 2011 para elevar a poupança e, assim, poder promover a redução dos juros entre setembro de 2011 e abril de 2013 e do *spread* bancário. Aliás, esse discurso da necessidade de promoção de poupança para redução dos juros é oriundo da teoria neoclássica.

Embora o governo Dilma tenha reduzido a taxa Selic de 12,5%, em setembro de 2011, para 7,25%, em outubro de 2012 – índice de juros que permaneceu até abril de 2013 –, e também tenha forçado a queda do *spread* bancário, os juros reais brasileiros permaneceram entre os mais altos do mundo, pois os países centrais estavam com taxas de juros reais negativas e, em alguns momentos, nominais negativas para tentar reaquecer a economia das nações desenvolvidas. A taxa Selic voltou a crescer justamente no período em que o ex-presidente do FED, Ben Bernanke, anunciou que a instituição estadunidense começaria a rever a política de relaxamento monetário do *Quantitative Easing*, com início da fase *tapering* (MELLO&ROSSI, 2017).

A política cambial do governo Dilma também foi conturbada e controversa. Em 2011, fora determinado que haveria impostos para tentar regular a atuação dos agentes financeiros com derivativos de câmbio. Contudo, em 2013, o governo Dilma muda sua orientação no controle do câmbio e erradica os impostos cobrados para operações cambiais, atuando apenas com os *swaps* cambiais – inseridos na lógica da financeirização – para tentar conter a influência dos derivativos do mercado futuro de câmbio no mercado à vista⁶ (MELLO&ROSSI, 2017; ROSSI, 2016).

Aliás, devido às altas taxas de juros praticadas no país e à liberalização das operações financeiras, o Brasil é um dos principais alvo de apostas especulativas dos agentes mundiais em operações de *carry trade*. Dessa forma, nos ciclos de liquidez internacionais, as moedas periféricas, com o Real tendo importante destaque nessa configuração, tendem a se sobrevalorizar em momentos de abundância de liquidez e a se desvalorizar muito na retração dos ciclos, quando os operadores buscam a segurança para seus ativos (CONTI, BIANCARELLI, ROSSI, 2013; ROSSI, 2016).

Devido às isenções fiscais ao setor produtivo pelo governo Dilma e à queda da atividade econômica nacional e internacional, que gerou desestímulos à demanda agregada, a arrecadação orçamentária do Estado despencou. Nesse contexto, em 2014, o

⁶ No contexto da financeirização e ampliação das desregulações financeiras, Rossi (2016) utiliza as operações com derivativos no mercado futuro de câmbio para analisar as consequências para a taxa de câmbio à vista a partir das apostas dos agentes do mercado de câmbio e das posições inversas dos bancos nas operações, sendo que a tendência futura da taxa de câmbio é transmitida para o mercado à vista através das operações de *arbitragem* dos bancos. Os operadores com câmbio também podem fazer *hedge* para assegurar alguma transação internacional, ou simplesmente *especular* com apostas sobre o preço da taxa de câmbio no futuro.

Brasil passou a enfrentar os problemas da deterioração fiscal e o aumento das despesas com juros (MELLO&ROSSI, 2017; SERRANO&SUMMA, 2015).

Diante desse quadro de desaceleração econômica, a eleição de 2014 foi marcada por um amplo debate sobre a atuação do Estado na área econômica. A candidata à reeleição Dilma Rousseff assumiu posições discursivas nas quais ela iria promover políticas econômicas de caráter “intervencionista e desenvolvimentista”, algo que ela não privilegiou muito no primeiro mandato, já que houve o ajuste fiscal de 2011 e a redução dos investimentos estatais. Enquanto isso, o discurso do candidato de oposição Aécio Neves era o de radicalizar a doutrina liberal-monetarista, inclusive contando com Armínio Fraga para as orientações de campanha e tendo-o indicado antecipadamente para o cargo de Ministro da Fazenda. A disputa foi bem apertada, mas as ideias defendidas por Rousseff prevaleceram.

Todavia, na semana seguinte à reeleição de Dilma Rousseff, o Banco Central do Brasil surpreendeu a todos e elevou a taxa Selic de 11% para 11,25%. Esse era apenas um prenúncio do que ocorreria em 2015. No segundo mandato, Dilma Rousseff realizou a política econômica derrotada nas urnas – liberal-monetarista – e, assim, anunciou Joaquim Levy, ex-diretor do Bradesco, para o Ministério da Fazenda para que este promovesse um forte ajuste fiscal na economia brasileira. Além de prosseguir com o aumento dos juros, que chegaram a 14,25% em setembro de 2015, a austeridade fiscal realizada por Levy cortou os gastos públicos de 12,8%, em 2014, para 2,1%, em 2015, sendo que o investimento público caiu 29% (MELLO&ROSSI, 2017).

Nessa mesma época, o Banco Central também deixou de intervir em qualquer transação de câmbio, liberando o mercado financeiro a apostar contra o Real, fato que se consumou e a moeda brasileira chegou a 50% de desvalorização ao final de 2015 em relação a dezembro de 2014 (MELLO&ROSSI, 2017).

Essa política de restrição fiscal somada com a liberalização dos preços administrados, o endividamento das famílias e das empresas e a desaceleração econômica levaram a economia brasileira à recessão. Não era apenas a economia brasileira que passava por um período turbulento, a política – que é inerente à economia e vice-versa – se esquentou e a classe dirigente-parlamentar – apoiada em oligarquias regionais, nos grandes meios de comunicação e no mercado financeiro – promoveu um golpe institucional para derrubar o governo de Dilma Rousseff.

Após a consumação do golpe, houve a radicalização da austeridade fiscal e da condução da política econômica nos princípios ortodoxos do liberalismo e do monetarismo. Nesse contexto, foi promulgada a Emenda Constitucional 95, que promoveu o Novo Regime Fiscal, o qual limita o crescimento dos gastos do Estado de acordo com índice de inflação do ano anterior até 2036. Isto é, haverá o congelamento das despesas públicas quando a inflação voltar a crescer, já que, com a depressão econômica, ocorreu uma forte retração da demanda, que agravou a crise, o desemprego e gerou um processo deflacionário no país.

O governo Temer também renovou e ampliou a Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30% – proposta que fora defendida pelo segundo governo de Dilma Rousseff, mas que não chegou a ser realizada devido ao processo de impeachment. A DRU foi implementada pela primeira vez em 1994, no governo de Itamar Franco, a partir do Fundo Social de Emergência (FSE) e tinha o objetivo de ser provisória. Porém, ao longo desses anos, o Estado brasileiro renovou-a com emendas constitucionais para manipular os recursos da maneira que melhor lhe convier, inclusive destinando partes significativas da DRU para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal.

Além desses atos, o governo Temer também realizou a reforma trabalhista⁷; modificou a política de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a incorporação da Taxa de Longo Prazo (TLP), a qual equipara as taxas de juros para investimentos sustentadas pelo BNDES ao nível do Selic; promoveu a nova política da Petrobras de alinhar os preços nacionais dos combustíveis aos índices internacionais do petróleo, além de Agência Nacional do Petróleo (ANP) ter revisto obrigatoriedade de participação da Petrobras nos sistema de partilha e ter desmontado a política de conteúdo local; e também demorou na redução dos juros em meio a uma grave recessão econômica que elevou a taxa de desemprego ao nível recorde de 13,6% em abril de 2017. Também há a possibilidade de entrar em pauta a privatização da Eletrobras.

E as (contra)reformas que aprofundam a inserção submissa do Brasil aos interesses do imperialismo no contexto da “novíssima dependência” prosseguem com a proposta do governo Temer da Reforma da Previdência, que fora escalada como bode

⁷ Entre as medidas da reforma trabalhista destacam-se: preferência do negociado pelo legislado, permissão da terceirização de atividades-fim das empresas, contratos intermitentes de trabalho, liberalização de gestantes em áreas insalubres, entre outras medidas que precarizam o trabalho.

expiatório⁸ para a crise fiscal do país (a equipe econômica do governo e economistas do *mainstream* não consideram os principais problemas fiscais do país que são os elevados juros e o consequente déficit nominal estrutural, o ajuste econômico pró-cíclico que derrubou a arrecadação federal e a tributação regressiva), mas que está parada no Congresso Nacional devido a mais uma medida autoritária e impopular do governo que foi a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, uma articulação entre o governo federal e o senador Romero Jucá, que fora ministro do Planejamento do atual governo e um dos principais articuladores políticos do golpe parlamentar de 2016, retoma a proposta de promover a autonomia legal do Banco Central do Brasil via um projeto de lei complementar, com mandato fixo para o presidente e diretores de quatro anos, ratificando o principal objetivo da entidade monetária em perseguir a meta de inflação, que seria estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) (SAFATLE&SIMÃO, 2018). Embora seja praxe dos governos federais brasileiros inseridos na financeirização dar liberdade política de atuação para o Banco Central, a autonomia legal do Banco nunca foi promulgada. Assim, a intenção do governo Temer em sancionar essa medida seria a de trazer garantias legais aos dirigentes do Banco Central do Brasil em medidas que articulem a política monetária brasileira com as demandas do mercado financeiro.

Considerações finais

A ascensão da financeirização transformou a subordinação econômica brasileira em relação aos países hegemônicos, em que fica marcada a fase da “novíssima dependência”. Com a condução da política macroeconômica baseada nos parâmetros do tripé e a desregulamentação financeira e comercial, o Brasil cedeu o pouco que possuía de liberdade na condução econômica do país – principalmente as políticas monetária, fiscal e cambial – para os padrões e anseios do mercado financeiro liberalizado, tornando-se submisso aos interesses das finanças hegemônicas e às oscilações nos fluxos de riqueza. Portanto, como afirma Fiori (1995), há a perda da capacidade de governar e de

⁸ Gentil (2016) e Fagnani (2017) esclarecem que a Previdência faz parte do sistema de Seguridade Social, a qual também abarca a Saúde e a Assistência Social. Por esse sistema, as receitas da Previdência seriam oriundas a partir de um modelo triparte, divididos entre Estado, empregadores e trabalhadores. Contudo, segundo Gentil (2016) e Fagnani (2017), por um artifício contábil, a União unifica o orçamento federal que deveria ser dividido em três partes – fiscal, Seguridade Social e investimentos – para, posteriormente, apresentar a Previdência unicamente, dificultando a visualização da transferência de recursos da Seguridade para a área fiscal. Por essa metodologia, a Previdência aparece como deficitária, mas é um mecanismo falacioso que promove a manipulação dos recursos de acordo com os interesses fiscais da União, que, neste caso, é a cessão de dividendos previdenciários ao pagamento de juros.

promover políticas desenvolvimentistas com a incorporação da periferia à globalização financeira, em que o país optou em ser uma “plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008: 35).

Além da inserção periférica completamente submissa no contexto da financeirização, há os efeitos danosos à economia nacional que aprofundam a vulnerabilidade do balanço de pagamentos do país, como os déficits recorrentes nas transações correntes, aumento expressivo do passivo externo líquido e a volatilidade dos investimentos internacionais em carteira. A ampla sobrevalorização do Real verificada a partir de operações especulativas de *carry trade* e com a liberalização financeira prejudica os investimentos das empresas brasileiras, as quais perdem espaço na competitividade global.

Portanto, o Estado brasileiro *optou* pela inserção submissa e passiva na globalização financeira, promovendo políticas econômicas que aprofundaram a condição dependente do país, caracterizado, agora, pelo processo de “reversão neocolonial” ou “novíssima dependência”. Assim, o país elegeu se especializar na atração de capital internacional ocioso em busca de valorização financeira de curto prazo. Cabe-nos romper com esta lógica de *círculo vicioso* que *aprofunda* nossa condição dependente e de subordinação ao imperialismo.

Bibliografia:

ARANTES, P. E. “Beijando a cruz”, *Reportagem*, nº44, maio 2003.

BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra Editora, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Reservas. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RESERVAS>> Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”, SADER, E. & GARCIA, M. A. (ORG.) *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo. Boitempo Editorial & Editora. Perseu Abramo, 2010

BASTOS, P. P. Z. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”, *Revista de economia contemporânea*, número especial, 2017, pp.1-63.

BELLUZZO, L. G. M. & ALMEIDA, J. A. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRAGA, J. C. & PALLUDETTO, A. W. A. “A construção novamente interrompida? Dilemas da economia brasileira no período recente (2004-2014)”, CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. *Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro. Brasil: em busca de um novo modelo de desenvolvimento*. Brasília, 2015.

BRUNHOFF, S. “A instabilidade monetária internacional”, CHESNAIS, F. (Org.): *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

CHESNAIS, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”, CHESNAIS, F. (Org.): *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

CONTI, B. D.; ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. “Currency hierarchy, liquidity preference and exchange rates: a keynesian/minsky approach”, *Congrès de l'Association d'Économie Politique*. Université Montesquieu Bordeaux IV, France, 3-5 Juliet 2013.

FAGNANI, E. "O 'déficit' da Previdência é uma pós-verdade", *Carta Capital*, São Paulo, Entrevista concedida a Rodrigo Martins, 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-fagnani-o-deficit-da-previdencia-e-uma-pos-verdade>.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. “O desenvolvimento como problema nacional”, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora, 2006.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

FIORI, J. L. “A globalização e a novíssima dependência”, FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido – ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FRANCO, G. H. B. *A inserção externa e o desenvolvimento*, *Revista de Economia Política*, vol. 18, nº3 (71), julho-setembro/1998.

GENTIL, D. “Pesquisadora denuncia a farsa da crise da Previdência no Brasil forjada pelo governo com apoio da imprensa”. *Jornal da UFRJ*, Rio de Janeiro, 8 de fev. 2016. Disponível em: <https://direitosociais.org.br/article/pesquisadora-denuncia-a-farsa-da-crise-da-previden/>.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAPAVITSAS, C. *El capitalismo financiarizado: expansión y crisis*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

_____. “Theorizing financialization”, *Work Employment & Society*, Vol.25, 2011, pp.611-626.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

MACHADO, F. D. *Mobilidade de capitais e vulnerabilidade externa do Brasil: a nova qualidade da dependência financeira (1990:2010)*. Campinas: Dissertação de mestrado no Instituto de Economia - Unicamp, 2011.

MARÇAL, L. H. *A renegociação da dívida externa brasileira nos moldes do plano Brady*. Campinas: Dissertação de mestrado no Instituto de Economia - Unicamp, 2000.

MARX, K. *O capital: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, Tomo I, 1986a.

_____. *O capital: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, Tomo II, 1986b.

MELLO, J. M. C. “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado”, *Economia e Sociedade*. Campinas, (9), dez. 1997.

MELLO, G. & ROSSI, P. *Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma*. Campinas: Unicamp. IE, junho 2017. (Texto para discussão, nº309).

OLIVERIA, F. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAULANI, L. M. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PRADO Jr, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRATES, D.M. *Abertura financeira e vulnerabilidade externa: a economia brasileira na década de noventa*. Campinas: Dissertação de mestrado no Instituto de Economia - Unicamp, 1997.

ROSSI, P. *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: Teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SAFATLE, C. & SIMÃO, E. “Proposta de autonomia do BC deve ter mandato único para meta de inflação”, *Valor Econômico*. São Paulo, 28 de fev. 2018, disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/5351525/proposta-de-autonomia-do-bc-deve-ter-mandato-unico-para-meta-de-inflacao?utm_medium=Social&utm_campaign=Compartilharcom.apple.UIKit.activity.CopyToPasteboard

SAMPAIO Jr., P. A. “Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa”, *Novos Estudos*. CEBRAP (Impresso), v. 1, pp. 118-134, 1989.

_____. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº112, pp672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, T. D. “The structure of dependence”, *The American Economic Review*, vol.60, nº2, Papers and Proceedings of the Eighty-Second Annual Meeting of American Economic Association, may/1970, pp.231-236.

SERRANO, F. & SUMMA, R. “Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth from 2011-2014”, *Nova Economia*, v.25. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa: A queda do tzarismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.